



Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender

Autora: Catarina Reis Oliveira - Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

catarina.oliveira@acidi.gov.pt

Resumo:

A Comissão Europeia tem incentivado os Estados-membros a reconhecerem o contributo essencial dos empresários imigrantes para o crescimento sustentável e o aumento do emprego. Em Portugal, os dados dos Censos entre 1981 e 2011 ajudam a realçar o aumento da importância absoluta e relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país. Verifica-se, porém, que nem todos os municípios atraem da mesma forma os empregadores estrangeiros, nem todas as nacionalidades apresentam as mesmas taxas de empreendedorismo, nem investem nas mesmas atividades económicas. Neste artigo procura-se realçar a importância dos dados dos Censos para caracterizar este fenómeno, recorrendo ao cálculo de índices (de empreendedorismo estrangeiro e de dissimilaridade de empregadores estrangeiros) e de quocientes de localização (de empregadores segundo a nacionalidade e as atividades económicas de empregadores estrangeiros)

Palavras Chave: empregadores estrangeiros, taxas de empreendedorismo, índice de dissimilaridade de empregadores, quocientes de localização.

Foreign Employers in Portugal: what the Census highlight

Abstract:

The European Commission has been encouraging Member States to acknowledge the essential contribution that immigrant entrepreneurs have to a sustainable growth and the increase of employment. In Portugal the Census data, from 1981 to 2011, allows to highlight the upsurge of foreign employers and the increase of their relative importance in the total employers of the country. The data also highlights that not all the municipalities attract equally foreign employers, nor all nationalities have the same entrepreneurship rates or invest in the same economic activities. This article aims to emphasise the importance of census data to characterise this phenomenon, using indexes (of foreign entrepreneurship and foreign employers' dissimilarity) and location quotients (according to nationality and economic activities of the foreign employers).

Key words: foreign employers, entrepreneurship rates, employers dissimilarity index, location quotient.

1. Introdução

Nesta era a que se chamou Pós-Fordista, inúmeros investigadores acreditam que com as mudanças no consumo e na produção, conseqüentes da internacionalização e globalização das sociedades, haverá condições para o florescimento de atividades empresariais de imigrantes (Mars e Ward, 1984; Sassen, 1991). Este florescimento das atividades empresariais de imigrantes é visto no contexto europeu como uma forma de garantir o aumento da expressão empresarial de pequena e média dimensão na União Europeia – ainda aquém, em comparações internacionais, com as taxas de empreendedorismo observadas nos Estados Unidos da América e no Japão (Jaegers, 2008).

O crescimento do empreendedorismo surge na *Estratégia de Lisboa*¹ como uma prioridade para aumentar a competitividade, o emprego e a própria coesão social. Inúmeras recomendações e iniciativas têm surgido a partir da Comissão Europeia para sensibilizar os Estados-membros para os contributos positivos dos empreendedores imigrantes para as sociedades europeias². O *Plano de Ação Empreendedorismo 2020* (COM(2012) 795 final, de 9 de janeiro de 2013)³ define mesmo um eixo específico para os empresários imigrantes, onde é reforçado o “contributo essencial dos empresários migrantes para um crescimento sustentável e o emprego” e é incentivado o desenvolvimento de políticas destinadas a encorajar o empreendedorismo na Europa que considerem o potencial empresarial dos imigrantes e/ou atraiam potenciais empresários que desejem criar empresas internacionais sedeadas na Europa.

Nota-se, contudo, que nem todos os contextos locais atraem e/ou estimulam o desenvolvimento de atividades empresariais imigrantes. As diferenças entre as taxas de empreendedorismo de grupos de nacionalidades idênticas em diferentes países e municípios confirmam a influência dos contextos (OCDE, 2010). Importa, pois, caracterizar a realidade do fenómeno em Portugal.

Este artigo procura analisar como Portugal se tem tornado ao longo das últimas décadas num destino de empregadores estrangeiros. Segundo dados dos Censos entre 1981 e 2011 a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores no país passou de 1,4% para 5,2%). Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses que se situou nos 235%. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em 15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em 7%, em resultado de uma diminuição dos empregadores nacionais ao longo da última década. O impacto do crescimento dos empregadores estrangeiros na última década é ainda mais substantivo se se atender também que esta tendência contraria a evolução dos ativos estrangeiros, que de 2001 para 2011 sofreram um decréscimo em 2,5%.

Com este artigo procura-se perceber as tendências do fenómeno do trabalho por conta própria estrangeiro em Portugal, atendendo às diferenças verificadas nas últimas décadas quanto à nacionalidade do empregador, à variação espacial (por municípios) e às atividades económicas desenvolvidas. Como se mostrará em detalhe, os empregadores estrangeiros não se distribuem de modo uniforme pelo país. Por outro lado, nem todas as nacionalidades mostram a mesma situação na profissão e/ou a mesma expressão como empregadoras.

Procurando sistematizar e simplificar a leitura da informação disponível, garantindo a comparabilidade de grupos de nacionalidades distintas (e com expressões numéricas diversas) em diferentes municípios do país, tornando claras tendências locais a partir desses dados secundários, neste artigo foram desenvolvidos e calculados índices – de dissimilaridade de empregadores estrangeiros e de empreendedorismo estrangeiro. Como refere Reis (2000: 139), estes instrumentos estatísticos que medem variações no espaço ou no tempo, permitem de forma eficaz e clara sintetizar a natureza das mudanças verificadas numa ou mais variáveis. Por outro lado, permitem agregar num só valor itens expressos em diferentes variáveis com inúmeras unidades de medida ou proporcionalidades diversas. Desta forma procurou-se uniformizar a tendência e a comparabilidade de empregadores de diferentes nacionalidades e/ou da mesma nacionalidade mas em diferentes unidades territoriais.

Procurando captar também a diversidade de implantação no território nacional e o respetivo impacto e grau de importância que os empregadores assumem em cada município foram calculados também alguns quocientes

¹ Em 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi definida uma estratégia para a União Europeia com o objetivo de tornar a Europa numa economia mais competitiva e dinâmica, capaz de gerar um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social. Em 2005, a União Europeia focalizou os objetivos desta Estratégia no crescimento e emprego. A partir de 2010 esta Estratégia viria a ser ainda reforçada através da Estratégia Europeia 2020 (COM (2009) 647 final de 24.11.2009), sendo defendido que “a fim de criar mais emprego, deve desenvolver-se na Europa uma **cultura empresarial** mais forte que adote uma atitude mais positiva face à assunção de riscos, bem como uma maior capacidade de inovação.” (págs.7-8 de http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/eu2020/docs/com_2009_647_pt.pdf).

² Mais detalhes em http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/documents/migrants-ethnic-minorities/index_en.htm

³ Mais em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0795:FIN:PT:PDF>

de localização (de empregadores estrangeiros, de residentes estrangeiros, de atividades económicas de empregadores). Os quocientes de localização são instrumentos úteis à caracterização interna de unidades territoriais específicas e à comparação de unidades territoriais entre si (Cabral e Sousa, 2001). Estes quocientes permitem tecer considerações sobre o grau de especialização ou diversificação desse território face a uma dada variável em análise (INE, 2002).

Em suma, atendendo à importância que o tema do investimento e empreendedorismo estrangeiro pode assumir nas estruturas económicas, sociais, políticas e culturais na atualidade da sociedade portuguesa, o estudo da presença de empregadores estrangeiros não só é uma chamada de atenção para uma nova leitura acerca dos contributos da imigração para a economia portuguesa, nomeadamente através da criação de emprego, mas também poderá mostrar formas alternativas de integração e de mobilidade económica desenvolvidas pelos estrangeiros nas últimas décadas em Portugal.

2. Dados oficiais mobilizados e crítica das fontes

A qualidade de uma investigação passa por identificar e reconhecer os dados disponíveis e as suas respetivas limitações. No caso particular do estudo dos empregadores estrangeiros em Portugal é possível reconhecer algumas dificuldades⁴.

Os dados do INE permitem caracterizar a *situação na profissão* da população residente com nacionalidade estrangeira em Portugal, concretamente, com as categorias *patrão* ou *empregador* e *trabalhador isolado*. Seguindo a própria notação adotada pelo INE, considera-se para análise o seguinte universo:

Trabalhador por conta própria como isolado corresponde a *indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar* (conceito vigente INE⁵, código 2450).

Trabalhador por conta própria como empregador corresponde a *indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa* (conceito vigente INE⁶, código 2407).

Para efeitos deste artigo centramo-nos nos trabalhadores por conta própria como empregadores ou patrões. Não se incluem na análise os trabalhadores por conta própria como isolados uma vez que na singularidade portuguesa inclui-se a figura jurídica do emissor de recibos verdes (incluindo na categoria “trabalhador isolado”), por vezes erradamente confundido com o de empresário⁷. Opção semelhante foi tomada num estudo recente da OCDE (2010: 24-25), atendendo a dificuldades semelhantes de chegar ao universo de “empresários” – pessoas que geram valor através da criação ou desenvolvimento de uma atividade económica ao identificarem novos produtos, processos ou mercados. Esta opção pode excluir, por um lado, detentores de empresas que não aparecem listados por se reportarem como trabalhadores dependentes, ou, por outro lado, gerar duplicações de contagens de empresas perante imigrantes sócios que reportam ambos a mesma situação na profissão (OCDE, 2010: 26).

Atendendo a estas ressalvas de base importa perceber que tipo de informação é possível recolher a partir das fontes oficiais disponíveis para caracterizar o universo de empregadores estrangeiros em Portugal. Reconhece-se desde logo que uma avaliação com monitorização anual rigorosa dos empregadores estrangeiros em Portugal é bastante complexa, atendendo à escassez e dispersão das fontes oficiais disponíveis e às dificuldades de comparabilidade da informação.

⁴ Note-se que esta não é uma limitação específica do caso português (vd. OCDE, 1998: 11 e OCDE, 2010).

⁵ É apresentado como conceito sinónimo de *Trabalhador por conta própria* (código 2413 do INE).

⁶ Na história do conceito consta o conceito de *Empregador* que já não se encontra vigente. É apresentado como conceito sinónimo de *Patrão* (código 2409 do INE).

⁷ Para maior detalhe acerca desta questão vd. Freire (1995:69) e Oliveira (2004:33).

Centrando-nos apenas nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), duas fontes oficiais de recolha de dados permitem caracterizar e/ou estimar o número de trabalhadores por conta própria estrangeiros em Portugal: os Recenseamentos Gerais da População (Censos) e as Estatísticas do Emprego. Como alguns investigadores têm vindo a alertar (Peixoto, 2008; Oliveira, 2004 e 2010a), os dados disponíveis a partir destas duas fontes geram algumas dificuldades ao utilizador de informação estatística. O quadro em baixo compara as duas fontes para os mesmos anos, ajudando a ilustrar os problemas de amostragem e de margens de erro associadas às Estatísticas do Emprego e que impendem a sua utilização sistemática, nomeadamente no estudo da subcategoria de trabalhadores por conta própria. Se a importância relativa de trabalhadores por conta própria estrangeiros no total de ativos surge subdimensionada, em especial em 2011 (com -9 pontos percentuais que o reportado pelos Censos), a importância relativa para os portugueses surge sobredimensionada.

Quadro 1

Percentagem de trabalhadores por conta própria estrangeiros e portugueses por total de ativos, em 2001 e 2011						
Nacionalidade	2001			2011		
	Estatísticas do Emprego (A)	Censo (B)	A-B	Estatísticas do Emprego (A)	Censo (B)	A-B
Estrangeiros	14,21	14,75	-0,54	10,16	19,24	-9,08
Portugueses	23,83	15,83	+8,00	18,19	16,99	+1,21

Fonte: Censos de 2001 e 2011 e Estatísticas do Emprego de 2001 e 2011, INE (cálculos da autora)

Para o estudo dos empregadores estrangeiros os Censos são, pois, a fonte mais completa disponível, permitindo uma caracterização detalhada do universo tendo, porém, um inconveniente claro associado ao facto de só permitirem estudar o universo em cada dez anos. Deve, porém, reconhecer-se que a iniciativa empresarial remete para um processo dinâmico: novos empregadores surgem e as empresas crescem ou morrem. O dinamismo deste processo é, contudo, difícil de captar empiricamente (OCDE, 1998: 42). Reconhecendo essa dificuldade, espera-se que a análise dos quatro últimos momentos censitários permita estimar parte dessa dinâmica, em particular, no que diz respeito à evolução dos empregadores de nacionalidade estrangeira em Portugal. Como em qualquer aproximação é importante atender a algumas limitações desta opção, em particular, porque o empreendedorismo pode ter um carácter cíclico, influenciado por diversos fatores, que a distância de 10 anos entre dados pode não captar devidamente.

3. Empregadores estrangeiros em Portugal

À semelhança do observado em inúmeros países da OCDE, a importância relativa dos empregadores estrangeiros tem vindo a reforçar-se em Portugal. Segundo dados dos Censos, em 2011 os empregadores estrangeiros representavam 5,2% do total de empregadores (quando os estrangeiros residentes representavam apenas 3,7% do total da população). Acresce que o número de empregadores estrangeiros tem vindo a aumentar substancialmente ao longo das últimas quatro décadas (com taxas de variação bastante mais elevadas do que o verificado nos empregadores portugueses), crescimento que acompanhou a própria evolução dos estrangeiros em Portugal (vd. quadro 2).

Quadro 2

Empregadores e ativos estrangeiros versus total de empregadores e ativos em Portugal, entre 1981 e 2011				
Ano Censitário	Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país	Peso relativo de estrangeiros ativos no total de ativos no país	Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre décadas	Taxa de variação de empregadores portugueses entre décadas
1981	1,37	0,85		
1991	1,63	1,31	145,1	105,9
2001	4,21	4,04	363,5	74,6
2011	5,16	4,51	15,2	-6,9

Fonte: Censos entre 1981 e 2011, INE (cálculos da autora)

Nos últimos anos, os estrangeiros tenderam a optar cada vez mais por se inserir no mercado de trabalho português como empregadores: entre 1981 e 2011 não apenas se reforçou o número absoluto de empregadores estrangeiros – de 1.811 para 23.697 –, como também o peso relativo de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou – de 5,1% para 12,1% (vd. quadro 3). Bastante relevante é ainda observar que, à semelhança do verificado em outros países da OCDE (OCDE, 2010), a percentagem de empregadores é maior no caso do total de ativos estrangeiros do que no total de ativos portugueses, tendo mesmo neste último grupo se verificado um decréscimo entre 2001 e 2011 (-7%), contrastando com o aumento no caso dos estrangeiros (+15%).

Uma tendência semelhante verifica-se no caso dos trabalhadores isolados, com um aumento substantivo para o caso dos estrangeiros de 3.188 para 14.127 entre 1981 e 2011, contrastando com o decréscimo verificado no caso dos portugueses nos últimos dez anos. Importa, porém, discutir se este aumento de trabalhadores isolados estrangeiros durante a última década, à luz do aumento do desemprego e da situação de fragilidade económica do país desde 2008, traduz realmente uma forma efetiva de empreendedorismo ou, em contraste, traduz situações de necessidade ou estratégias de sobrevivência material temporária (conforme também discutido por Oliveira, 2006 e Froy e Pyne, 2011).

Quadro 3

População ativa portuguesa e estrangeira, segundo a situação na profissão, entre 1981 e 2011

Situação na Profissão		1981		1991		2001		2011	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Empregadores	Português	130 051	3,1	267 757	6,2	467 553	9,8	435 426	10,5
	Estrangeiro	1 811	5,1	4 438	7,7	20 571	10,2	23 697	12,1
Trabalhadores Isolados	Português	632 354	15,2	567 789	13,1	290 318	6,1	271 963	6,5
	Estrangeiro	3 188	8,9	6 561	11,4	9 173	4,5	14 127	7,2
Trabalhadores Familiares	Português	100 951	2,4	84 241	1,9	36 773	0,8	23 119	0,6
	Estrangeiro	513	1,4	1 058	1,8	987	0,5	1 011	0,5
Total ativos	Português	4 147 339	100,0	4 340 422	100,0	4 788 561	100,0	4 164 610	100,0
	Estrangeiro	35 709	100,0	57 744	100,0	201 647	100,0	196 577	100,0

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

Às tendências de crescimento de empregadores estrangeiros e de trabalhadores isolados não são alheias algumas das mudanças legislativas que ocorreram ao longo destas últimas décadas e que afetam direta ou indiretamente as opções de inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho (Oliveira, 2008b). Entre essas mudanças, destacam-se os impactos inerentes às diferenças substantivas verificadas na Lei do Trabalho entre 1977 e 1998, e as mudanças verificadas na lei de estrangeiros entre 1998 e 2012, nomeadamente com o surgimento pela primeira vez, em 2007, de um título especial apenas acessível a empreendedores estrangeiros e trabalhadores independentes e, em 2012, o seu reforço com a criação da autorização de residência para efeitos do exercício de uma atividade de investimento.

Assim este aumento de trabalhadores estrangeiros por conta própria (em valor absoluto e em importância relativa do total de trabalhadores por conta própria em Portugal) pode refletir tanto mudanças legislativas, como melhorias da posição social dos estrangeiros residentes em Portugal e/ou aumento das dificuldades no seu acesso ao mercado de trabalho (Oliveira, 2006 e 2008c). Por outras palavras, esta evolução positiva do empreendedorismo estrangeiro em Portugal no decurso das últimas décadas (contracorrente com os portugueses) pode estar a funcionar como uma forma de mobilidade social ascendente de alguns estrangeiros com contributos reais para a economia portuguesa, nomeadamente criando emprego, e/ou a ser reforçada como uma alternativa a constrangimentos vividos por outros estrangeiros (e.g. discriminação no acesso ao mercado de trabalho, desconhecimento da língua do país de acolhimento, situações de desemprego prolongado, dificuldades no reconhecimento de qualificações).

Deve atender-se, por outro lado, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm propensões semelhantes à iniciativa empresarial. Só nas últimas duas décadas se verificou o crescimento da presença de populações estrangeiras conhecidas na literatura como particularmente empreendedoras (Oliveira, 2010b; OCDE, 2010)

– asiáticos (em especial os chineses, a partir da década de 1990). Este crescimento pode explicar por isso, também, o aumento relativo do peso de empregadores estrangeiros na população ativa estrangeira. Assim a população estrangeira residente em Portugal não pode ser observada como um todo homogéneo. Se algumas nacionalidades mostram forte propensão para a iniciativa empresarial – e.g. chineses, ingleses, alemães e brasileiros – outras tendem a inserirem-se mais no mercado de trabalho português como trabalhadores assalariados – e.g. ucranianos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses (vd. quadro 4). Deste modo, de forma semelhante à tendência observada em outros países⁸, em Portugal nem todos os grupos estrangeiros mostram a mesma propensão para a iniciativa empresarial. Os dados dos Censos permitem identificar as nacionalidades com maiores taxas de empreendedorismo⁹.

Os chineses apresentam as taxas de empreendedorismo mais elevadas em Portugal – 22,2% em 1981 e 42% em 2011 (vd. quadro 4). Em contrapartida, são os ucranianos (em particular em 2001) e, de forma geral, os africanos, aqueles que apresentam a menor percentagem de empregadores no total da sua população ativa. A taxa de variação negativa entre 2001 e 2011 dos empregadores africanos é particularmente significativa – na

Quadro 4

Taxas de empreendedorismo em Portugal segundo a nacionalidade, entre 1981 e 2011						
País de nacionalidade	1981	1991	2001	2011	Taxa de variação de empregadores 2001/2011	Taxa de variação de ativos 2001/2011
Total Europa	12	13,3	9,9	12,4	104,9	64,1
Alemanha	16,1	13,8	17,7	21,6	14,3	-6,5
Espanha	15	18,4	11,6	16	33,6	-3,5
França	7	5,4	10,2	14,6	21,9	-14,6
Reino Unido	16,2	19,5	23	27,9	60,2	31,9
Roménia			4,4	8,2	934,6	462,1
Moldávia			2,6	8,7	1784	93,2
Ucrânia			1,5	7,1	206,4	92
Total África	1,1	3,4	6,7	6,9	-31,7	-33,8
Angola	1,2	3,4	6,6	8,1	-38,1	-49,3
Cabo Verde	0,7	3	6,4	6	-31	-25,8
Guiné-Bissau	1,9	2,9	6,2	5,9	-39,3	-35,3
Moçambique	3	5,9	9,1	9,4	-36,2	-38,9
S. Tomé e Príncipe	0,2	2,6	6	5,4	-25,9	-17,9
Total América	5,1	8,8	13,6	11,8	104,7	135,6
Brasil	4,8	9,5	13,5	11,5	133,5	174,4
EUA	8,5	8,3	12,3	15,4	9,2	-12,9
Venezuela	3,9	7,7	13,8	14,3	-37,5	-39,5
Total Ásia	9,8	21,3	19,1	28,3	360,1	210,3
China	22,2	24,1	36	42,2	426,5	349,5
Índia	7,9	17,6	7,6	10,6	108,1	50
Bangladesh			10,5	22	370,8	124
Paquistão	17	30,7	6,3	14,2	138,6	6,3
Oceânia	1,8	9,4	14,2	14,7	16,7	12,5
Total estrangeiros	5,1	7,7	10,2	12,1	15,2	-2,5
Portugal	3,1	6,2	9,8	10,5	-6,9	-13
TOTAL	3,2	6,2	9,8	10,5	-5,9	-12,6

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

⁸ Conforme era identificado em inúmeros países da OCDE, as taxas de empreendedorismo podem variar em função do grupo imigrante porque alguns grupos têm características ou chegam de países tradicionalmente com mais peso de empresários nas suas economias. Os asiáticos mostram-se os mais empreendedores e/ou os naturais de países da Ásia têm maior probabilidade de desenvolver um negócio no país de acolhimento na maioria dos países da OCDE, contrastando com os naturais da América Latina ou de países africanos que têm menor propensão para se tornarem empresários (OCDE, 2010: 14).

⁹ A Taxa de Empreendedorismo calculada corresponde ao número de empregadores em cada 100 ativos.

ordem dos -32% (acompanhando a taxa de variação também negativa para os ativos dessas nacionalidades) - podendo refletir a crise (desde 2008) nas atividades económicas onde estes empregadores normalmente investem e se inserem (e.g. construção civil) (Oliveira, 2008c; Peixoto, 2008; Oliveira e Pires, 2010). Esta tendência de decréscimo é, aliás, acompanhada pelos empregadores portugueses, embora de forma menos acentuada (-6.9%).

A análise da importância relativa dos empregadores de cada nacionalidade para o total de empregadores estrangeiros permite destacar ainda outros grupos, refletindo também o maior peso de determinados fluxos de imigrantes em Portugal. O quadro 5 mostra que apesar dos africanos estarem entre as nacionalidades com as mais baixas taxas de empreendedorismo (quadro 4), estão entre as dez primeiras nacionalidades que mais contribuem para o total de empregadores estrangeiros do país, em particular os cabo-verdianos e os angolanos, embora com perda de importância relativa nos últimos 10 anos.

Quadro 5

Percentagem de empregadores das dez nacionalidades com maior número de empregadores em Portugal no total de empregadores estrangeiros, entre 1981 e 2011							
1981		1991		2001		2011	
Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%
Espanha	26,2	Brasil	13,4	Brasil	15,1	Brasil	30,6
Reino Unido	8,2	Espanha	10,1	Angola	7,2	China	13,0
Brasil	7,9	Reino Unido	8,4	Cabo Verde	6,7	Ucrânia	6,0
Alemanha	7,3	Cabo Verde	6,8	França	4,0	Reino Unido	4,9
França	4,2	Alemanha	5,5	Reino Unido	3,6	Roménia	4,7
Cabo Verde	4,1	França	4,9	Alemanha	3,3	França	4,2
Estados Unidos	3,1	Venezuela	4,2	Guiné-Bissau	3,2	Cabo Verde	4,0
Angola	3,1	Angola	3,6	China	2,8	Angola	3,9
Itália	3,1	Holanda	3,0	Espanha	2,7	Alemanha	3,3
Holanda	2,3	Moçambique	2,0	Venezuela	1,9	Espanha	3,2
Total empregadores	1811	Total empregadores	4 438	Total empregadores	20 571	Total empregadores	23 697

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

A última década foi particularmente relevante para reforçar o impacto dos empregadores estrangeiros nacionais do Brasil e da China, contribuindo em 2011 com 31% (por comparação aos 15% em 2001) e 13% (mais 10 pontos percentuais que em 2001), respetivamente. Em 2011 os brasileiros são a nacionalidade estrangeira em Portugal com o maior número de patrões (7.258), muito embora seja nos chineses que a taxa de crescimento de empregadores é maior (+427%) e superior à própria variação do total de ativos (+350%). Os empregadores ucranianos também tiveram um aumento substantivo na última década, passando a constar entre as dez primeiras nacionalidades com uma contribuição de 6% para o total de empregadores estrangeiros, confirmando que o seu título legal na viragem do século (autorizações de permanência) inibia a sua iniciativa empresarial (Oliveira, 2004 e 2008b).

Em contrapartida, é importante verificar a perda de importância dos empregadores europeus comunitários ao longo das últimas quatro décadas por comparação ao verificado entre nacionais de países terceiros à União Europeia.

3.1. Distribuição dos empregadores pelos municípios portugueses

Muito embora, normalmente, a população imigrante seja identificada como mais empreendedora e com maior propensão para a iniciativa empresarial, quando comparada com a média da população nativa de um dado território, essa tendência não se verifica em todos os locais (Guzi, 2006: 20). Por outro lado, as estatísticas nacionais de um país poderão esconder zonas de maior ou menor concentração e dinamismo empresarial (OCDE, 1998: 49).

Importa, pois, analisar a variação espacial do empreendedorismo estrangeiro em vários municípios de Portugal. Atendendo às características de cada contexto local – estrutura de oportunidades e representatividade da população estrangeira e a sua expressão empresarial – assim se definem diferentes oportunidades ou constrangimentos para a iniciativa empresarial de determinado indivíduo (Oliveira, 2008a). É importante não esquecer que nem todos os indivíduos mobilizam e/ou têm acesso aos mesmos recursos para a definição de uma estratégia empresarial¹⁰, assim é expectável identificar diferentes opções de implementação territorial de empregadores em função das características de cada zona e da própria população residente.

Não foi por isso surpreendente verificar que em Portugal se deteta que as taxas de empreendedorismo de estrangeiros mostram padrões distintos ao longo do território e esses padrões são diferentes dos verificados para os empresários portugueses. Os dados dos Censos de 2001 permitem observar que enquanto as taxas de empreendedorismo de estrangeiros são superiores nos municípios do litoral de Portugal, as taxas de empreendedorismo dos portugueses tendem a ser mais elevadas no interior norte (Oliveira, 2008a). De 2001 para 2011 verificam-se algumas mudanças na distribuição dos empregadores estrangeiros (vd. quadro 6): regista-se o reforço do número de empregadores estrangeiros nos municípios da área metropolitana de Lisboa (+198% no Montijo, +100% em Mafra, +64% em Lisboa, +46% em Odivelas, +41% em Loures, +38% em Vila Franca de Xira e +32%, em Cascais) e do Algarve (+90% em Portimão, +77% em Faro, + 71% em Lagos, +66% em Loulé) e verifica-se uma diminuição do número de empregadores estrangeiros em inúmeros municípios do Norte do país (-32% em Aveiro, -25% em Santa Maria da Feira, -24% em Vila Nova de Gaia, -20% em Braga, -9% em Maia, -4% no Porto). Os municípios de Vila do Conde e Benavente também observam um aumento substantivo dos empregadores estrangeiros, estando essa evolução associada essencialmente à nacionalidade chinesa que desenvolveu na última década dois polos empresariais – um em Vila do Conde e outro no Porto Alto (município de Benavente).

Atendendo que é no norte que se verifica a maior expressão empresarial dos portugueses, será que estes dados permitem concluir que os empregadores estrangeiros estão a evitar essas zonas do país e/ou a procurar zonas distintas para os seus investimentos? Neste âmbito, quais são afinal as razões que levam os empregadores estrangeiros a destacarem-se em zonas tendencialmente distintas dos nacionais? Estaremos na presença de opções que refletem o contorno a constrangimentos associados à concorrência da estrutura empresarial autóctone? Ou as escolhas de implementação territorial desses empregadores traduzem as próprias condições de acesso e mobilização de recursos e oportunidades à iniciativa empresarial? Haverão zonas mais atrativas e/ou repulsivas à iniciativa empresarial de estrangeiros?

A literatura tende a associar as zonas de maior incidência da iniciativa empresarial imigrante: **(1)** aos locais de residência das próprias populações imigrantes; **(2)** às zonas mais urbanas, densamente povoadas, com padrões de consumo mais cosmopolitas; e **(3)** onde é maior a prevalência de pequenas e médias empresas (Portes, 1999; Sole e Parella, 2005; Oliveira, 2008b). Para Portes e Zhou (1999: 160) as cidades com maior concentração de empresas de imigrantes tendem a estimular a iniciativa empresarial de outros imigrantes. O quadro 6 sintetiza alguns indicadores calculados para testar essas hipóteses.

¹⁰ É atendendo exatamente a essa mobilização distinta de recursos e oportunidades nas três agências de estratégias empresariais – sociedade de acolhimento, comunidade de origem e indivíduo – que é possível verificar a existência de estratégias empresariais de imigrantes distintas (Oliveira, 2005 e 2007).

Quadro 6

Indicadores de análise dos empregadores estrangeiros (EE), segundo o município, em 2011

Municípios com mais de 120 empregadores estrangeiros	Taxa de variação de EE 2001-2011	EE por total de empregadores no município (2011)	% de EE por total de residentes estrangeiros	Quociente de Localização de EE **	Quociente de Localização de residentes estrangeiros **	Densidade Populacional*
Lisboa	64,4	9,8	8,1	2	1,7	6435,5
Sintra	5	10	4,8	2	2,6	1187,7
Cascais	31,8	12	7,4	2,5	3,9	2124,5
Loulé	65,9	18,4	7,9	4,2	4,4	92,4
Amadora	12,9	12,2	4,2	2,5	3,1	7370,9
Loures	40,9	8,9	4,5	1,8	2,4	1213,8
Oeiras	12,3	8	7,2	1,6	1,6	3750,2
Odivelas	46,2	10,1	4,9	2,1	2,5	5499,6
Almada	11,6	8,5	5,5	1,7	1,8	2476,5
Porto	-4,2	4,5	7,2	0,9	0,8	5710,2
Seixal	-13,9	7,8	4,6	1,5	1,9	1659,8
Albufeira	49	17,8	6,4	4	5,5	291,7
Portimão	89,7	14,1	6,3	3	3,4	306,1
Faro	76,8	11,6	7,3	2,4	2,3	320,2
Lagos	70,5	21,8	7,4	5,1	5,2	146
Vª Franca de Xira	38,3	7,1	4,8	1,4	1,5	430,9
Vª Nova de Gaia	-23,9	3	7,3	0,6	0,4	1792
Setúbal	12,7	7,4	5,1	1,5	1,5	526
Braga	-19,5	3,3	5,8	0,6	0,7	990,3
Leiria	8,8	3,5	5,9	0,7	0,9	224,7
Matosinhos	44,1	3,4	7,9	0,7	0,5	2807,7
Mafra	100	5	6,2	1	1,4	263,4
Silves	100,8	13,8	5,8	3	3,3	54,4
Funchal	-4,9	5,1	8,4	1	0,7	1461,6
Lagoa	27,8	17,1	8,4	3,8	3,3	260,3
Montijo	198,3	8,4	5,4	1,7	1,8	147,1
Maia	-9,2	2,7	7,9	0,5	0,4	1630,5
Coimbra	-7,9	2,8	5,2	0,5	0,4	449,3
Torres Vedras	101,2	3,7	5,4	0,7	1,1	195
Olhão	83,9	9,2	5,9	1,9	1,8	347,1
Caldas da Rainha	26,6	6,1	7,6	1,2	1,1	201,7
Vila do Conde	90,4	4,2	12,5	0,8	0,4	533,2
Barreiro	13,1	6,5	4,3	1,3	1,2	2157,4
Aveiro	-31,6	3,9	5,1	0,7	0,9	397,1
Tavira	36,7	10,7	5,4	2,2	2,7	42,9
Sª Maria da Feira	-25,4	2,1	7,8	0,4	0,3	644,6
Benavente	230	10,1	6,4	2,1	2	55,8
Total	15,2	5,2				

Fonte: Censos e * Anuário Estatístico de Portugal (INE)

** Vd. caixa explicativa de quocientes de localização

Quocientes de localização: Tal como serão adotados neste artigo, estes quocientes comparam a importância de um grupo na unidade territorial i (município) com a importância que esse mesmo grupo tem na unidade territorial padrão p (país). A unidade p é a unidade de referência e corresponde à agregação das unidades i , assumindo que a unidade p tem a distribuição “ótima” do grupo em análise. O quociente de localização (QL) pode variar da seguinte forma:

QL > 1 = sobre representação relativa do grupo na subunidade

QL = 1 = peso relativo reproduz significado geral do país

QL < 1 = sub-representado na unidade

Quociente de Localização de Empregadores Estrangeiros (QLEE): mede a concentração relativa de empregadores estrangeiros na subunidade i (neste estudo será analisado por município). O QLEE é calculado da seguinte forma:

$$QLEE = \frac{\left(\frac{e_i}{p_i}\right)}{\left(\frac{E}{P}\right)}$$

Em que: e = empregadores estrangeiros na unidade territorial i

p = total de empregadores na unidade territorial i

E = total de empregadores estrangeiros no país

P = total de empregadores no país

Quociente de localização de residentes estrangeiros (QLRE): mede a concentração relativa de residentes estrangeiros na subunidade i (neste estudo será analisado por município). O QLRE pode variar nos mesmos moldes descritos anteriormente e é calculado da seguinte forma:

$$QLRE = \frac{\left(\frac{r_i}{pt_i}\right)}{\left(\frac{R_p}{PT_p}\right)}$$

Em que: r = estrangeiros residentes na unidade territorial i

pt = portugueses por unidade territorial

R = total de estrangeiros residentes no país

PT = total de portugueses no país

Quociente de localização de atividades económicas de empregadores (QLAEE): mede a importância dos empregadores na atividade a na subunidade i. O QLAEE pode variar nos mesmos moldes descritos anteriormente e é calculado da seguinte forma:

$$QLAEE = \frac{\left(\frac{a_i}{t_i}\right)}{\left(\frac{A_p}{T_p}\right)}$$

Em que: a = empregadores da atividade a na unidade territorial i

t = total de empregadores na unidade territorial i

A = total de empregadores da atividade a no país

T = total de empregadores no país

(1) Numa primeira leitura dos dados, parece que a presença e peso de empregadores estrangeiros não têm uma associação direta com o **local de residência** das populações estrangeiras. Da análise da importância dos empregadores estrangeiros em função do total de residentes estrangeiros nos vários municípios, destacam-se os municípios de Vila do Conde (12,5%), Lagoa (8,4%), Funchal (8,4%) e Lisboa (8,1%), municípios esses (com exceção de Lisboa) onde não se verifica uma sobre concentração de residentes estrangeiros.

Assim, procurando perceber melhor como o local de residência das populações estrangeiras explica ou determina a maior iniciativa empresarial dos estrangeiros, foram calculados os *quocientes de localização* (QL) de empregadores e residentes estrangeiros. Para valores superiores a 1 o QL reflete a sobre representação relativa do grupo no município, para valores iguais a 1 o QL identifica os municípios nos quais o peso relativo do grupo reproduz o significado geral do país e para valores inferiores a 1 a situações em que o grupo está sub-representado na unidade.

A comparação dos resultados dos dois quocientes calculados mostra que os empregadores estrangeiros estão sobre representados nos mesmos municípios onde estão também sobre representados os residentes estrangeiros (principalmente das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve). Por sua vez os empregadores estrangeiros mostram-se sub-representados nos municípios do norte do país e em alguns municípios do centro de Portugal – municípios com quocientes de localização inferiores a 1 (e.g. Porto, Maia, Vila Nova de Gaia, Braga, Leiria, Matosinhos, Coimbra, Torres Vedras). Mafra e Funchal são os dois únicos municípios onde se verifica que a proporção de empregadores estrangeiros reproduz o seu significado geral para o país.

Este padrão de concentração residencial remonta já aos primeiros fluxos imigratórios para Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas do INE, desde 1975 que os estrangeiros com residência legalizada se concentram principalmente nos distritos costeiros de Lisboa, Faro e Setúbal. Esta implantação territorial reflete também as oportunidades de inserção económica que os imigrantes encontraram ao longo das últimas décadas nessas regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo é um dos polos mais importantes de concentração das atividades económicas em Portugal. A concentração de cerca de 2/3 da população estrangeira ativa na Região de Lisboa refletia também até à década de 1990 uma polarização e sobre concentração geográfica de empregos nessa área.¹¹ Em 2011, segundo dados dos Censos, 28,0% da população ativa portuguesa encontrava-se nesta área quando 53,4% dos ativos estrangeiros se concentram nesta região (e 51,6% dos estrangeiros residentes), tendência que se manteve nos últimos dez anos.¹² A taxa de atividade dos portugueses nesta mesma região

¹¹ Entre 1986 e 1994 o emprego no sector da construção civil e das obras públicas cresceu particularmente na Área Metropolitana de Lisboa (Baganha et al., 1999:150).

¹² Para os censos de 2001 vd. Fonseca et al. (2002:25).

é de 42,7%, quando a taxa dos estrangeiros corresponde a 52,5%. É o sector terciário que ocupa a maioria da população ativa nesta área metropolitana. Por outro lado, segundo dados do Anuário Estatístico de Portugal (INE), em 2011, esta região apresentava a maior densidade de empresas com 113,1 empresas por km² (quando a média para Portugal era de 12,4 empresas) e os valores mais altos no volume de negócios por empresa – 495,4 milhares de euros (311,5 milhares de euros era a média para o país).

Ainda assim, como alguns autores têm realçado, as vagas migratórias desde a transição para o século XXI, principalmente da Europa de Leste, apresentaram tendências diferentes de inserção regional denotando, em particular, maior dispersão pelo território português (Pires, 2002; Malheiros, 2002). Esta mudança deveu-se em particular ao facto de, ao contrário da imigração tradicional dos PALOP, estes imigrantes não chegaram por intermédio de redes de solidariedade informais mas, antes, mediante estratégias organizadas de recrutamento formal que interligaram mercados à escala global (Pires, 2002).

Por outro lado, esta tendência esteve também associada a novas necessidades e oportunidades de emprego em mercados regionais como o Algarve, o Norte Litoral, e o Centro Litoral (Malheiros, 2002:71).

Alguns dados recolhidos no âmbito do inquérito CLAI/ACIDI (2009/2010) ajudam também na análise das opções de implantação territorial dos imigrantes. Os inquiridos estrangeiros não comunitários foram questionados (através de uma pergunta de resposta múltipla) acerca dos principais motivos que os levaram a optar pela residência no município em que se encontram. As principais razões dadas pelo total de inquiridos (5.669 imigrantes não comunitários) foram a proximidade face a familiares ou amigos (42,1%), a existência de trabalho (32,7%), preços mais baixos na habitação (16,8%) e existência de muitos imigrantes da mesma origem aí residentes (12,6%). Extraindo desse universo os trabalhadores por conta própria inquiridos (quadro 7), conclui-se que esses imigrantes tendem a dar como principais motivos para a escolha do município de Portugal onde se encontram, “o local onde encontram emprego” (34,6%) e a “proximidade a familiares e amigos” (37,3%). Se a análise for desagregada por nacionalidade, nota-se que os trabalhadores por conta própria chineses inquiridos para além de destacarem essas duas motivações consideram também os serviços e comércio que o local oferece (23,9%). Apesar da proximidade a familiares e amigos se destacar entre as motivações para a escolha do município de residência, os inquiridos não tendem a relevar o “local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem” para justificar as suas opções de implantação territorial em Portugal (apenas 12,4% no caso dos trabalhadores por conta própria e 12,6% do total de inquiridos).

Quadro 7

Principais motivos na origem da opção pelo município atual de residência para trabalhadores por conta própria (TCP) inquiridos (% de respondentes)			
Motivos	% total de TCP respondentes	% TCP Chineses	% TCP Brasileiros
Local onde encontrou emprego	34,6	47,8	25,8
Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem)	13,1	4,5	14,2
Boa imagem dos habitantes e ambiente social	8,7	7,5	14,8
Bons acessos viários/acessibilidade	7,0	3,0	12,3
Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem	12,4	9,0	11,0
Proximidade face a familiares ou amigos	37,3	37,3	36,1
Preços mais baixos na habitação	17,1	10,4	11,0
Nível de vida mais acessível	8,7	7,5	9,7
Qualidade mais elevada nas habitações existentes	3,1	0,0	3,9
Pelos serviços e comércio que oferece	5,1	23,9	2,6

Fonte: CLAI/ACIDI 2009/2010 (extração da amostra e cálculos da autora)

É interessante verificar ainda que os respondentes trabalhadores por conta própria não destacam como motivação para a escolha do município em Portugal questões associadas à acessibilidade (apenas 7% dos respondentes) ou aos serviços e comércio da zona (apenas 5,1%). O tipo de atividades empresariais que desenvolvem – essencialmente nas áreas da restauração e similares, comércio por grosso e a retalho e construção –, com poucas necessidades de transporte de mercadorias, e o perfil de clientes que captam deve,

pois, determinar também as motivações destes trabalhadores por conta própria, neste caso essencialmente ligadas à existência de trabalho (ou a oportunidades para as suas atividades).

Se a análise dos motivos na origem da opção pelo município de residência dos trabalhadores por conta própria for desagregada em função da região de residência do respondente é possível identificar algumas diferenças. Nas regiões do Norte e Área Metropolitana de Lisboa Sul a principal motivação dos trabalhadores por conta própria estrangeiros não comunitários, na escolha do município de residência, é a proximidade a familiares e amigos (47,5% e 31,7%, respetivamente). A motivação associada ao local onde encontram emprego é destacada pelos respondentes residentes nas regiões do Alentejo e Algarve (56,9%), Madeira e Açores (38,2%) e Centro (51,4%). Os residentes na Área Metropolitana de Lisboa Norte tendem a dispersar mais as suas motivações, embora realcem mais a importância da proximidade face a familiares ou amigos (31,7%) e os preços mais baixos na habitação (19,4%).

Em suma, deve atender-se que o local de residência pode determinar a implantação territorial de empregadores estrangeiros de forma heterogénea e/ou o número geral aglutina uma diversidade de situações. Por outras palavras, se o local de residência explica a localização das empresas de algumas nacionalidades (e.g. cabo-verdianos, brasileiros, angolanos) essencialmente nos municípios da região de Lisboa, não explica a opção por outras regiões do país de outras nacionalidades (e.g. chineses, ucranianos) que atendem a outro tipo de fatores para a implantação territorial das suas opções empresariais.

(2) Verifica-se, por outro lado, uma associação positiva dos empregadores estrangeiros aos municípios de maior **densidade populacional**. Nos municípios de maior densidade populacional, com exceção do Porto, os empregadores estrangeiros representam sempre cerca de 10% do total de empregadores do município, mas para o total de residentes estrangeiros a importância relativa de empregadores estrangeiros é variável – em Lisboa representam 8,1%, mas na Amadora ou em Odivelas, ficam pelos 4,2% ou 4,9%, respetivamente (vd. quadro 6). A essa tendência, são exceção os municípios algarvios, onde os empregadores estrangeiros aumentaram significativamente a sua presença nos últimos anos, dilatando o seu impacto na estrutura empresarial local, mas correspondem na sua generalidade a territórios de baixas densidades populacionais (e.g. município de Loulé, Silves, Tavira, Lagos). Assim a distribuição geográfica dos estrangeiros residentes não reflete somente a sua procura pelos centros urbanos. Os estrangeiros concentram-se nas áreas onde predominam oportunidades económicas nos nichos profissionais onde preferencialmente se inserem. A partir dos dados analisados torna-se também evidente que a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho português determina as suas áreas de concentração geográfica. Quer se tratem de fluxos laborais, profissionais, técnicos, empresariais ou mistos os estrangeiros residentes polarizam-se nas regiões do país onde há mais oportunidades nos segmentos do mercado de trabalho que procuram (Oliveira, 2004).

Ainda assim, como sugere Malheiros (1996), a instalação das populações estrangeiras em centros urbanos está muito relacionada com o facto do anonimato urbano facilitar “a instalação de populações ricas e culturalmente diferentes, uma vez que a diversidade da vida nas grandes cidades gera uma atitude de maior tolerância por parte dos habitantes das grandes urbes.” (1996:92). Neste âmbito alguns autores têm vindo a demonstrar que a taxa de criação de empresas é sempre mais elevada nas zonas urbanas. *Fatores de ordem estrutural* inerentes ao próprio contexto geográfico explicam essas diferenças (OCDE, 1990, Almeida et. al 1994). A concentração de infraestruturas empresariais (e.g. concentração industrial, da tecnologia), a disponibilidade de recursos (e.g. espaços, parques e/ou incubadoras de empresas), a densidade económica e/ou a tradição local de iniciativa empresarial tendem a determinar a concentração dos empresários imigrantes. É nas cidades que os recursos se concentram e vários grupos e interesses sociais se encontram e interagem. Não é surpreendente por isso que os imigrantes (não só em Portugal mas também noutras sociedades de acolhimento) se concentrem predominantemente em centros urbanos (OCDE, 1998b).

(3) Os dados dos Censos de 2011 ajudam a perceber também que há municípios onde se verifica um **maior impacto dos empregadores estrangeiros na estrutura empresarial** local. O maior peso relativo é verificado nos municípios algarvios – em Lagos os empregadores estrangeiros representam 21,8% dos empregadores do município, seguido de Loulé, Albufeira e Lagoa onde representam 18,4%, 17,8% e 17,1%, respetivamente – e o menor está associado a municípios do Norte do país – representam 2,7% dos empregadores na Maia, 3% em Vila Nova de Gaia, 3,3% em Braga, 3,4% em Matosinhos e 4,5% no Porto (conforme quadro 6).

Procurando tornar mais evidente as diferenças relativas entre as opções de implementação territorial dos empresários estrangeiros e dos portugueses, construiu-se também um *índice de empreendedorismo estrangeiro* (IEE – vd. caixa explicativa de índices) para cada município de Portugal com mais de quinhentos estrangeiros residentes. Com este índice tenta-se extrair as particularidades locais inerentes a cada zona e analisar-se assim as diferenças efetivas de localização dos empregadores estrangeiros por comparação aos nacionais em 2001

e 2011. Por outras palavras, a atracção e/ou a repulsão de empregadores estrangeiros em cada município são medidas artificialmente a partir deste índice comparado de taxas de empreendedorismo. Os valores positivos do índice mostram que os estrangeiros têm taxas de empreendedorismo superiores às dos portugueses nesse município. Já os valores negativos no índice refletem que nesse município os portugueses são mais empreendedores que os estrangeiros. Em suma, pretende-se com este índice dar uma aproximação importante às tendências de dispersão territorial do investimento empresarial estrangeiro e identificar os municípios em que efetivamente os estrangeiros se destacam como mais empregadores.

Índice de Empreendedorismo Estrangeiro (IEE): corresponde à comparação entre as taxas de empreendedorismo dos estrangeiros e dos nacionais por cada unidade territorial. Este índice desenvolvido em Oliveira (2008a) é calculado da seguinte forma:

Em que: PeT = padrões estrangeiros por unidade territorial

AeT = ativos estrangeiros por unidade territorial

PtT = total de padrões por unidade territorial

$$IEE = \left(\frac{\sum PeT}{\sum AeT} \times 100 \right) - \left(\frac{\sum PtT}{\sum AtT} \times 100 \right)$$

AtT = total de ativos por unidade territorial

Este índice tem os seguintes valores de referência:

IEE < 0 – sub-representação relativa de empresários estrangeiros na unidade territorial

IEE = 0 – o peso relativo dos empresários estrangeiros reproduz os padrões gerais da unidade territorial

IEE > 0 – sobre representação relativa de empresários estrangeiros na unidade territorial

Índice de Dissimilaridade de Empregadores Estrangeiros (IDEE): seguindo a lógica adotada por Duncan e Duncan (1955), este índice corresponde à percentagem de empreendedores estrangeiros que mudariam de unidade territorial (neste caso o município) para que se verificasse a mesma distribuição geográfica que os empregadores portugueses. O índice varia entre 0 (não se verificam diferenças na distribuição de empregadores estrangeiros e de empregadores portugueses) e 100 (total dissimilaridade entre empregadores estrangeiros e portugueses) e é calculado da seguinte forma:

Em que: e = empregadores estrangeiros por unidade territorial

E = total de empregadores estrangeiros no país

p = empregadores portugueses por unidade territorial

$$IDEE = \sum_{i=1}^n \left| \frac{e}{E} - \frac{p}{P} \right| * 0,5 * 100$$

P = total de empregadores portugueses no país

Para clarificar se o município tem a mais ou a menos empregadores estrangeiros para terem a mesma distribuição que os empregadores portugueses, optou-se por considerar os valores do índice sem o módulo. Por outras palavras mantem-se os resultados negativos ou positivos do índice.

O IEE permite fazer uma análise mais fina das efetivas opções de localização dos empregadores estrangeiros em Portugal e identificar as zonas do país onde a sua importância relativa é superior. Verificam-se alguns municípios onde (conforme se mostrava no quadro 6) os empregadores estrangeiros têm mais impacto na estrutura empresarial local – essencialmente verificado nos municípios algarvios. Os resultados do índice de atracção para esses municípios em 2011 confirmam isso mesmo, mantendo os valores positivos de 2001: Lagos com +4,9 (era +3,3 em 2001), Faro com + 2,5 (antes +2,1), Loulé com +1,9 (era +2,5) e Portimão com +0,9 (era

+1,5). Albufeira é o único município que passa a ter maiores taxas de empreendedorismo entre portugueses que entre estrangeiros: de +2,3 em 2001, o índice passa para -0,8 em 2011.

Verifica-se ainda que, muito embora se mantenha a principal tendência de associação dos empresários imigrantes aos municípios do litoral de Portugal, nem sempre se confirma que os municípios onde apresentavam maiores taxas de empreendedorismo se destacam efetivamente por terem mais impacto na estrutura empresarial local. A esse respeito verificam-se, por exemplo, alguns contrastes interessantes entre os municípios do distrito de Lisboa. Os municípios de Odivelas e Loures obtêm resultados particularmente curiosos: apesar das taxas de empreendedorismo imigrante nos municípios rondarem os 7,8% e 6,1%, respetivamente em 2001, o índice de empreendedorismo mostra-se pouco atrativo em Odivelas (+0,2) ou mesmo repulsivo em Loures (-0,7, ou seja, a população portuguesa é mais empreendedora que a população estrangeira). Em 2011 a tendência de repulsividade ao empreendedorismo estrangeiro alastra-se a outros municípios do distrito de Lisboa: -0,2 passa a ser o índice para Odivelas, -0,7 em Loures, -0,2 em Sintra (tinha +0,7 em 2001) e -0,1 na Amadora (tinha +0,7 em 2001). Lisboa e Cascais são os únicos municípios que permanecem com um índice positivo de atração de empregadores estrangeiros: +2,1 (era +2,5 em 2001) e +1,3 (era 2,3 em 2001), respetivamente.

Estas tendências poderão associar-se ao facto de as taxas de empreendedorismo nesses municípios refletirem em parte a própria concentração residencial das populações imigrantes. As iniciativas empresariais de estrangeiros nesses municípios poderão, assim, estar essencialmente a responder às necessidades de consumo das populações imigrantes aí residentes, não contribuindo necessariamente para o dinamismo empresarial da região (onde os empresários portugueses apresentam taxas mais elevadas).

Em consequência pode concluir-se também que nem sempre a elevada taxa de empreendedorismo estrangeiro traduz, a nível local, uma vantagem competitiva para a própria população estrangeira, mas refletir tão-somente o próprio dinamismo e estruturas empresariais de alguns municípios. Por outras palavras, a população ativa do município na sua globalidade (portugueses e estrangeiros indistintamente) tende a contribuir de igual forma para a densidade empresarial característica dessa zona e/ou os portugueses podem apresentar mesmo taxas de empreendedorismo mais elevadas que os estrangeiros residentes nesses municípios.

Por outro lado, nota-se que os estrangeiros podem também procurar novas zonas de investimento onde a densidade empresarial pode ser baixa, por forma a destacar-se com as suas iniciativas. Para Brown e Butler (1993: 107-108) é possível identificar duas áreas distintas onde pode surgir desenvolvimento empresarial: a *área original* e a *área adotiva*.¹³ A primeira área apresenta alguma densidade empresarial e existem redes sociais empresariais densas onde proliferam informação acerca de oportunidades empresariais. É nesta área que proliferam as ideias originais de investimento empresarial. A área adotiva refere-se às regiões com fraca densidade empresarial e onde as iniciativas empresariais surgem posteriormente, inspiradas nos resultados de sucesso das estratégias desenvolvidas nas áreas originais.¹⁴ Estas iniciativas empresariais são normalmente subsidiadas pelos recursos das redes sociais das áreas originais. Segundo Brown e Butler (1993: 108), os empresários das áreas originais acabam por beneficiar também desta relação. O conhecimento que esses empresários adquirem das tentativas de investimento de outros, em contextos territoriais distintos, torna-os mais flexíveis e com melhores performances.

Enquanto os territórios com elevada densidade empresarial poderão oferecer um universo concorrencial superior para o empresário estrangeiro, têm também, à partida, garantidas algumas infraestruturas, redes sociais e circuitos empresariais locais que poderão potenciar a sua atividade empresarial. Em contrapartida, em territórios com baixa densidade empresarial há menor concorrência, mas verificam-se redes locais empresariais mais fracas, fator que pode se tornar crítico para o desenvolvimento empresarial. Nesses últimos contextos, segundo Brown e Butler (1993: 107), pode tornar-se premente para os empresários recorrerem a redes sociais estabelecidas em outros países ou regiões, ao mesmo tempo que definem as suas próprias redes empresariais locais.

Com o tempo os empresários das áreas adotivas tendem a definir novas redes sociais locais e a tornarem-se cépticos acerca das informações adquiridas a partir das redes sociais originais, por essas informações se tornarem distorcidas e pouco operacionais com a distância.¹⁵ Também porque os contextos têm características

¹³ Tradução livre de *Originating Area e Adopting Área*.

¹⁴ No modelo original os autores descrevem "(...) the area may received the entrepreneurial idea from another region. 'Adopting area' is used to refer to those nations or regions seeking to accelerate their rate of development through the encouragement of entrepreneurial activity" (Brown e Butler 1993: 107). Contudo, optou-se por adotar uma noção mais genérica desta categoria para fazer referência ao investimento de empresários imigrantes em regiões com fraca densidade empresarial baseado no recurso a redes sociais sedimentadas em outras regiões do país. Neste caso, contemplam-se também os casos em que apesar do contexto local não ter definido incentivos à iniciativa empresarial, os empresários imigrantes investiram.

¹⁵ Acerca das barreiras de transferência de informação de redes sociais de um contexto para outro vd. Brown e Butler (1993: 105).

distintas, as estratégias empresariais das áreas adotivas tendem a adquirir características distintas das estratégias definidas na área original. Apesar dos autores não o preverem, acredita-se que no caso dos empresários estrangeiros deve ter-se em consideração que as áreas originais de um país podem ter começado por ser áreas adotivas de áreas originais de um outro país. Concretamente, empresários chineses que investem em Lisboa, depois de terem sido empresários em Amesterdão (por exemplo), é natural que recorram a redes sociais e empresários de referência do primeiro país onde tiveram a sua experiência migratória. Decorridos alguns anos, com o crescimento da população chinesa e a constituição e consolidação de redes sociais locais com recursos empresariais em Lisboa, estes empresários tenderam a investir em outras regiões do país adotando nesse segundo momento as redes sociais que adquiriram em Lisboa (Oliveira, 2009).

A comparação dos dados dos Censos de 2001 e 2011 parece dar conta de algumas dessas mudanças de implantação territorial. Muito embora persista a concentração de empregadores estrangeiros nos municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo (área original), destacam-se neste último recenseamento os municípios do Algarve (possível área adotiva). Parece, pois, confirmar-se a hipótese de que os empregadores estrangeiros investem primeiro em Portugal em regiões de maior densidade empresarial tradicional, avançando depois para outras zonas quando consolidadas as redes sociais nos locais de investimento originais.

O trabalho de terreno desenvolvido junto da comunidade empresarial chinesa dá também alguma ilustração deste fenómeno (Oliveira, 2009, 2010b). Os primeiros pequenos e médios trabalhadores por conta própria chineses tenderam a concentrar-se em Lisboa e no Porto, nomeadamente em áreas urbanas comerciais já consolidadas por outros – caso da Mouraria em Lisboa onde estavam concentrados trabalhadores por conta própria africanos e indianos. Ao longo da última década foram, contudo, se dispersando para outras áreas da cidade e, mesmo, identificando outros polos comerciais na periferia dessas cidades, onde se conseguem definir grandes armazéns grossistas (impossível nos centros urbanos) para alimentar os negócios de pequena dimensão (caso do Porto Alto – a servir a área original de Lisboa – e Vila do Conde a servir a área original do Porto). A aposta do grande empresário chinês que investiu no Porto Alto, depois de ter tido durante anos o monopólio do aluguer e subaluguer de lojas na zona do Martim Moniz e Mouraria em Lisboa, conforme relatado em entrevista com o próprio (em 2002 e novamente em 2007), deveu-se essencialmente ao facto das “rendas serem baratas e ter uma estrada que liga o Norte ao Sul do país”, expandindo o seu negócio a partir das redes sociais estabelecidas em Lisboa (Oliveira, 2012).

Em suma, deve reconhecer-se também a gestão de risco em que os empresários investem, optando ou por se destacar em territórios de elevada ou baixa densidade empresarial ou em atividades económicas já desenvolvidas ou em falta.

3.2. Atividades económicas dos empregadores estrangeiros

A literatura tem associado o empreendedorismo imigrante essencialmente a atividades consideradas étnicas e/ou de resposta às necessidades das comunidades imigrantes ou de consumos de produtos étnicos (Waldinger et al, 1990). Contudo, os imigrantes têm demonstrado cada vez mais o seu investimento não apenas em sectores tradicionais, mas também em atividades consideradas de valor acrescentado (OCDE, 2011: 151).¹⁶

Na Europa, segundo dados publicados pela OCDE, entre 1998 e 2008, cerca de 19% dos trabalhadores por conta própria estrangeiros estavam em atividades do comércio (por comparação a 21% dos nativos), 18% no sector da construção (17% para nativos), 12% em atividades de alojamento e restauração (6% para nativos), 8% em atividades de consultoria científica e técnica (13% entre nativos) e 6% em atividades de saúde humana e apoio social (7% para nativos) (OCDE, 2011: 152). Em Portugal, apesar dos empregadores estrangeiros terem aumentado nas últimas décadas, continuam a estar orientados para os mesmos segmentos da estrutura de oportunidades da economia portuguesa (vd. quadro 8).

¹⁶ Apesar de se detetarem variações nos contextos de receção de imigrantes nas diferentes sociedades europeias verificaram-se algumas regularidades nos diferentes países da Europa do Norte (Waldinger et al., 1990: 81). Concretamente, no seguimento do aumento do desemprego e da discriminação no acesso ao mercado de trabalho no início da década de 1970, a integração económica dos imigrantes passou a ficar dependente da criação e desenvolvimento de pequenas empresas. Inicialmente as empresas de imigrantes concentraram-se em mercados que respondiam essencialmente à procura da sua comunidade de origem. Contudo, nas últimas décadas, as iniciativas empresariais começaram a abrir-se para outros mercados onde as barreiras à entrada eram menores (Waldinger et al., 1990: 81).

Quadro 8

Principais motivos na origem da opção pelo município atual de residência para trabalhadores por conta própria (TCP) inquiridos (% de respondentes)									
Nacionalidade	Indústrias transformadoras	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	Alojamento, restauração e similares	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Total de patrões e empregadores
Portugueses	13,5	11,7	24,9	11,8	8,7	2,3	5,1	1,4	435 426
Total Estrangeiros	6,8	12,6	25,4	18,1	4	5	5,8	2,6	23 697
Diferença entre Estrangeiros e Portugueses (%)	-6,7	0,9	0,5	6,3	-4,7	2,7	0,7	1,2	-
Brasil	5,4	13,3	14,3	21,3	3	5,2	8,8	3,8	7 258
China	1,8	0,1	82,4	13,8	0,4	0,4	0,3	0	3 075
Ucrânia	13,7	25,2	12,7	13,4	1,7	4,5	4,5	1,3	1 413
Reino Unido	5,8	4,9	12,1	20,5	9,2	8,7	3	4,7	1 173
Roménia	9,9	29,2	12,7	16,4	1,4	10	2,5	2,3	1 107
França	11,7	9,8	25,6	14,3	6,8	3,6	5,4	1,5	1 007
Cabo Verde	4,6	27,9	15	20	1,6	9,4	3,5	1,9	947
Angola	9	18,7	19,1	15,5	4,5	5,6	5	1,9	918
Alemanha	14,4	5,1	17,4	13,9	10,9	5,8	6,7	4,2	777
Espanha	6,1	4,8	22,5	15,4	9,8	2,9	13,1	2,8	748

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos da autora)

Segundo dados dos Censos de 2011, verifica-se que tanto os empregadores estrangeiros como os portugueses têm mais empresas nas atividades do comércio (25,4% e 24,9%, respetivamente). O segundo grupo de atividades económicas mais importante abarca os investimentos em alojamento, restauração e similares (18,1% para empregadores estrangeiros e 11,8% para os nacionais) e a terceira é a construção (12,6% por comparação aos 11,7% verificado para os nacionais). Com exceção das atividades da indústria transformadora (com -6,7 pontos percentuais que os nacionais) e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (os estrangeiros com -4,7 pontos percentuais que o verificado para os empregadores nacionais), nas restantes atividades a importância relativa para os empregadores estrangeiros é sempre superior à verificada nos portugueses.

Segundo Brown e Butler (1993: 115) a especialização dos empresários em determinados sectores económicos define um grande potencial para o desenvolvimento de redes sociais empresariais que, por sua vez, potenciam a criação de novos negócios. Para Waldinger et al. (1990: 133), apesar de não existir um plano orquestrado e intencional para os empresários imigrantes se concentrarem em nichos específicos, o recurso às redes étnicas e aos seus respetivos recursos comunitários empurram os imigrantes para determinados sectores económicos. Neste contexto, segundo os autores, acabam por se definir estratégias empresariais coletivas. São estes recursos e estratégias específicas que distinguem os empresários.

A comparação dos *quocientes de localização de atividade económicas por regiões*¹⁷ de Portugal para o total de empregadores e para os empregadores estrangeiros ajuda a clarificar ainda se os empregadores estrangeiros estão a complementar a estrutura empresarial local face aos investimentos que promovem ou tendem a reproduzi-la (vd. quadro 9). Verifica-se que é no Algarve que os empregadores estrangeiros apresentam mais semelhanças com o total de empregadores na região, concentrando-se nas mesmas atividades (e.g. alojamento, restauração e similares; atividades imobiliárias; construção). Por sua vez, na Região de Lisboa observa-se uma maior dispersão por atividades, denotando a localização dos municípios mais densamente povoados do país com mais serviços e atividades diversificadas nas quais os estrangeiros tendem a estar sobre representados. É nas regiões Norte e Centro que os empregadores estrangeiros mais especializam o seu investimento na indústria transformadora e no Alentejo que mais concentram as suas atividades empresariais da agricultura e indústrias extrativas, reproduzindo (ainda assim) a própria atividade em que essas regiões estão mais especializadas.

¹⁷ Vd. Caixa explicativa dos quocientes de localização calculados. Os valores superiores a 1 no quociente mostram a expressão superior de determinadas atividades económicas face à tendência geral verificada para o país e/ou ilustram que a região é mais especializada numa determinada atividade.

Quadro 9

Quociente de Localização de Atividades Económicas (CAE) por Regiões de Portugal Continental para Total de Empregadores e Empregadores estrangeiros (EE) em 2011										
Situação na Profissão	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	Total	EE	Total	EE	Total	EE	Total	EE	Total	EE
Total	156 436	3 489	102 495	3 092	128 007	11 631	29 332	1 238	23 905	3 565
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,0	0,6	1,2	1,5	0,3	0,4	2,5	6,5	0,8	1,0
Indústrias extrativas	1,1	0,9	1,5	1,8	0,3	0,4	2,3	5,9	0,5	0,5
Indústrias transformadoras	1,4	1,5	1,1	1,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,9	1,5	1,1	0,6	1,0	1,1	1,2	0,5	1,1	0,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,9	1,9	1,2	1,8	1,0	0,7	1,0	0,5	0,7	0,7
Construção	1,0	0,5	1,2	0,8	0,8	1,2	0,9	0,7	1,1	1,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,0	1,5	1,1	1,2	0,9	0,9	1,0	1,3	0,9	0,7
Transportes e armazenagem	0,8	0,7	1,2	1,6	1,1	0,9	1,0	1,5	1,0	0,8
Alojamento, restauração e similares	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,2	0,9	1,7	1,4
Atividades de informação e de comunicação	0,6	0,5	0,5	0,7	2,1	1,5	0,5	0,4	0,5	0,6
Atividades financeiras e de seguros	0,8	1,0	0,8	0,4	1,5	1,2	0,8	0,8	0,6	0,9
Atividades imobiliárias	0,7	0,5	0,7	0,8	1,5	0,7	0,7	0,4	2,0	2,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,9	1,2	0,8	0,7	1,5	1,1	0,7	0,5	0,8	0,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,7	0,4	0,7	0,6	1,5	1,2	0,7	0,6	1,7	1,4
Educação	0,9	1,3	0,9	1,0	1,2	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7
Atividades de saúde humana e apoio social	0,9	1,1	0,9	1,0	1,3	1,1	0,8	0,7	0,8	0,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,7	1,2	0,7	0,8	1,6	0,9	0,6	0,5	1,2	1,1
Outras atividades de serviços	0,9	1,0	0,8	0,7	1,3	1,2	0,7	0,4	0,9	0,7
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	0,6	0,3	0,6	0,1	1,8	1,7	0,9	0,6	0,6	0,3

Fonte: Censos 2011 (cálculos da autora)

Observa-se, contudo, uma distribuição diferenciada das atividades económicas em função da nacionalidade do empregador estrangeiro (vd. quadro 8). Por outras palavras, a nacionalidade do empregador parece explicar a distribuição pelos sectores económicos. Os empresários chineses estão sobre representados nas atividades do comércio por grosso e a retalho (82,4%) e da restauração (13,8%). Os empregadores cabo-verdianos, ucranianos e romenos, por sua vez, encontram-se mais concentrados nas atividades da construção (27,9%, 25,2% e 29,2%, respetivamente), refletindo a importância da sua experiência profissional em atividades subordinadas em Portugal para a decisão de desenvolvimento de uma atividade empresarial. O inquérito por questionário aplicado em 2002 a 854 empresários de origem imigrante (Oliveira, 2005) confirmava já esta tendência, mostrando a grande associação entre o sector onde os empregadores haviam trabalhado antes de forma assalariada e o sector da atividade empresarial.

Nas atividades de consultoria científicas, técnicas e similares, verifica-se uma maior expressão entre os empregadores da União Europeia – Reino Unido (9,2%), Alemanha (10,9%) e Espanha (9,8%) - por comparação a 8,7% para os portugueses ou apenas 4% para a média geral dos empregadores estrangeiros.

Os empregadores brasileiros são os que mais diversificam as suas atividades económicas. Sendo a sua maior concentração nas atividades do alojamento e restauração (21,3%), reproduzindo também alguns dos padrões de inserção assalariada no mercado de trabalho português, dispersam o seu investimento por atividades do comércio (14,3%), construção (13,3%), saúde humana e apoio social (8,8%), indústria transformadora (5,4%) e serviços administrativos e de apoio (5,2%), tendo ainda cerca de 12,5% de empregadores em outras atividades dos serviços. A crescente diversificação dos sectores de investimento, segundo a análise feita pela OCDE (2010), deve-se ao aumento dos níveis de educação de muitos imigrantes e as mudanças observadas nas próprias estruturas económicas nas sociedades pós-industriais. Importa atender que os empregadores brasileiros têm inerentes duas vagas migratórias com perfis distintos. Até meados da década de 1990, ao contrário dos outros estrangeiros oriundos de países CPLP, a maioria dos brasileiros não estava em profissões ligadas à indústria, construção e transportes; mas antes em profissões científicas e técnicas, onde aumenta a incidência de trabalhadores independentes (Ferreira e Rato, 2000:15). É a vaga iniciada na transição para o século XXI que contribui para a definição de novos contornos de inserção no mercado de trabalho português, em particular nos segmentos profissionais de baixa qualificação (e.g. construção, restauração). Assim a diversidade de atividades económicas entre empregadores brasileiros refletem estes diferentes perfis migratórios que se implantaram no país.

Para Waldinger (1996) a concentração de certos grupos étnicos em alguns sectores económicos (e.g. construção, comércio a retalho) é o resultado de uma causalidade cumulativa. Ou seja, o sucesso dos pioneiros em determinados segmentos ocupacionais, e subsequente mobilização de capital social por outros indivíduos nas redes sociais onde esses pioneiros participam, tende a cristalizar as opções económicas subsequentes. Redes sociais com densidades elevadas tendem a exercer um controle social apertado sobre o comportamento económico dos seus membros. Neste âmbito podem ser definidos padrões de conduta económica em determinados nichos empresariais que, através do controlo social, permanecem ao longo de gerações (Portes, 1999: 20).

Outros investigadores realçam que as opções empresariais dos imigrantes por determinados nichos são consequência das próprias características desses ramos de atividade (Rath e Kloosterman, 2000). Os empresários imigrantes tendem a concentrarem-se em sectores onde os custos de começar a atividade empresarial são relativamente baixos e/ou não são requeridas qualificações ou conhecimentos específicos. Neste âmbito Rath e Kloosterman concluem que os restaurantes e pequenas lojas exigem tecnologia simples e podem funcionar essencialmente com mão-de-obra e com pouco capital inicial. Assim empregando trabalhadores familiares e/ou trabalhadores da comunidade de origem estes empresários podem reduzir os custos da atividade empresarial. Porque os empresários imigrantes tendem a investir nos sectores empresariais onde há menos barreiras ou dificuldades no processo inicial (*start-up*), acabam por operar em mercados onde a competição é bastante elevada. Os principais concorrentes são normalmente coétnicos. Em resultado, os empresários imigrantes frequentemente aceitam margens pequenas de lucro para se manterem no mercado.

Os empregadores estrangeiros em Portugal também se encontram concentrados nos sectores económicos com menos barreiras à entrada (e.g. menor investimento financeiro e sem necessidade de qualificações específicas), onde a produção é maioritariamente de pequena escala, com pouco valor acrescentado e baseado em trabalho intenso (Oliveira, 2010a: 131-132). Assim, muito embora se verifiquem alguns casos de maior sucesso e inovação empresarial entre imigrantes (Oliveira, 2005), à semelhança do que é observado em outros países (Kloosterman e Rath, 2001), a maioria dos empresários estrangeiros em Portugal parece ter estado ao longo da última década a ser canalizada para os sectores de menor inovação, onde não são necessárias

competências ou qualificações específicas, de menor investimento de capital financeiro, com margens mais limitadas de lucro, e/ou mais exigentes em termos laborais (e.g. construção, comércio, restauração).

Apesar de ser viável admitir que há sectores mais premiáveis e por isso mais procurados pelas sucessivas vagas migratórias de uma dada sociedade de acolhimento, como Waldinger (1996) bem alerta, deve ter-se em consideração que as oportunidades em determinados sectores não são constantes ao longo do tempo (e.g. caso do sector da construção civil), nem diferentes grupos imigrantes se comportam da mesma forma.

O sector onde os imigrantes investem pode estar associado ainda ao tempo de referência para o qual definem o seu projeto migratório e, assim, o seu investimento. Segundo Bonacich (1973: 585), os imigrantes que pretendem regressar ao seu país de origem rapidamente tendem a arriscar mais, mas a investir sempre em atividades empresariais que não remetam para uma fixação territorial. Nas palavras da autora há uma opção clara por *transportable occupations* (e.g. barbearias, sapateiros, joalherias, restauração, costureiras e/ou alfaiates). São normalmente sectores que não exigem níveis de qualificação elevados e/ou reconhecimento de qualificações dos empregadores, mas permitem uma integração rápida no mercado de trabalho. Este parece ser o caso de uma parte substantiva dos empregadores chineses que se inserem maioritariamente no sector do comércio de pequena e média dimensão.

Apesar de não ser de negligenciar a importância das redes sociais que podem estar na origem destas opções de investimento empresarial; os dados analisados mostram também que as diferentes populações estrangeiras não estão sensíveis às mesmas oportunidades no mercado de trabalho português, nem sempre investindo por isso nas mesmas atividades económicas. Deve admitir-se ainda que o contexto espacial ajuda a determinar as estratégias de inserção económica, não se verificando necessariamente uma relação causal entre a origem étnica do indivíduo e as suas opções económicas de inserção.

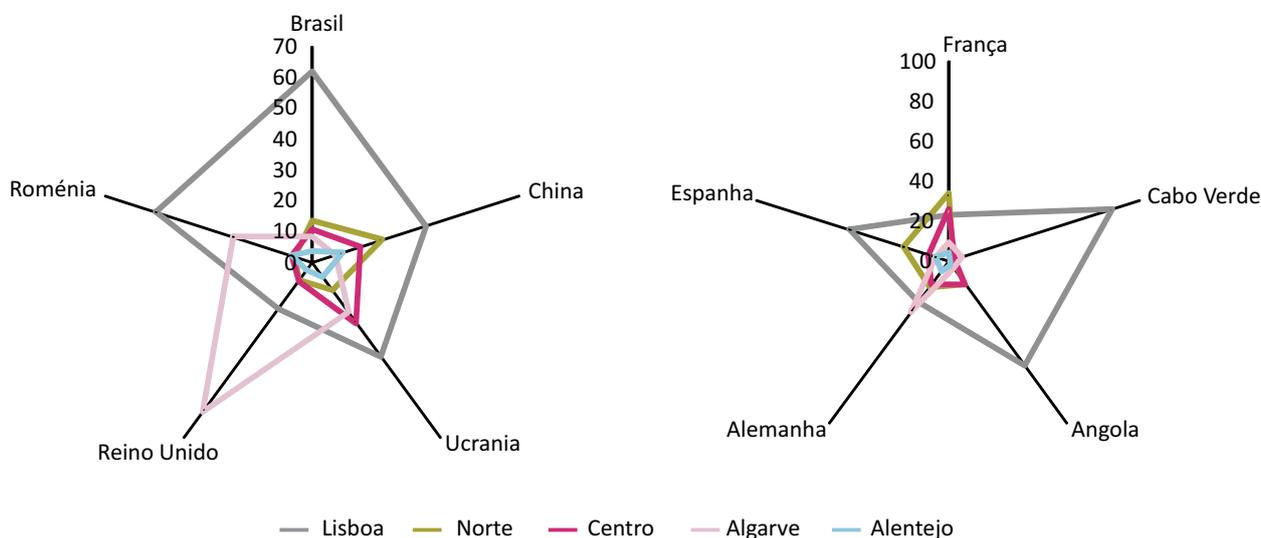
3.3. Variação por nacionalidade do empregador estrangeiro

Como discutem Light e Gold (2000:17) para serem avaliados com rigor os determinantes contextuais (constrangimentos e oportunidades) na iniciativa empresarial imigrante é necessário comparar o comportamento de um mesmo grupo em vários locais, acreditando os autores que assim garantir-se-ia a estabilidade das outras dimensões que influenciam a iniciativa empresarial (recursos pessoais e oportunidades comunitárias). Deste modo, não descurando que as populações imigrantes têm níveis de concentração residencial distintos ao longo do país (o que determina diferentes oportunidades de consumo respondidas por iniciativas empresariais – conforme discute Waldinger, 1989:51-52), pretende-se analisar para algumas nacionalidades como varia a sua distribuição empresarial ao longo do território português.

Nas figuras 1 e 2 podem observar-se as distribuições por regiões de Portugal das dez nacionalidades com maior número de empregadores no total de empregadores estrangeiros. Rapidamente se conclui que, em função da nacionalidade do empregador, se verificam distribuições distintas no território.

Figuras 1 e 2

Empregadores estrangeiros por região de Portugal Continental em 2011



Fonte: Censos de 2011 (cálculos da autora)

Os empregadores cabo-verdianos, angolanos, brasileiros e romenos são os que apresentam maior concentração na região de Lisboa com 85,9%, 63,9%, 61,8% e 52,8%, respetivamente. Já 59,7% dos empregadores ingleses encontram-se na região do Algarve. Os empregadores chineses e ucranianos encontram-se mais dispersos pelo território, muito embora cerca de metade desses empresários esteja nas regiões de Lisboa (38,5% e 37,8%, respetivamente) e do Centro (16% e 24%, respetivamente). Os empregadores franceses e alemães também mostram essa tendência de maior dispersão, estando o maior grupo dos empresários franceses concentrado na região do Norte (34,4%) e dos alemães na zona do Algarve (31,5%).

Se a análise for afinada por grandes grupos de origem pode ainda concluir-se que os empregadores do Reino Unido são a população que apresenta, comparativamente aos restantes grupos da **União Europeia**, um padrão de maior concentração territorial. Esta população investe, contudo, em atividades distintas em função da região do país. Na região do algarve centra-se em atividades ligadas ao turismo: 26,9% em atividades de alojamento, restauração e similares; 12% em atividades imobiliárias; 11,4% em atividades do comércio e 11,3% em atividades administrativas e serviços de apoio. Na região norte, diversifica mais as suas atividades, verificando-se uma percentagem mais alta nas atividades da indústria transformadora (17,5%), refletindo a sua ligação histórica ao desenvolvimento das indústrias produtoras de vinho do Porto. Por sua vez na região de Lisboa as duas principais atividades dos empregadores ingleses são na vertente da consultoria, atividades científicas, técnicas e similares (20,9%) e de educação (19,1%).

Em contrapartida, entre os empresários oriundos da União Europeia, os franceses apresentam o perfil de investimento de maior dispersão ao longo do país. De forma semelhante aos ingleses dedicam-se predominantemente a atividades ligeiramente distintas em função da região do país: na região norte cerca de 29% está em atividades do comércio, 19% na indústria transformadora (refletindo também a ligação a atividades da indústria vinícola) e 11% na construção; na região centro cerca de 31% dos empregadores franceses dedica-se a atividades do comércio, 15% à construção e 13% a atividades de alojamento, restauração e similares; já na região de Lisboa, 18% tem atividades do comércio e 14% atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Os empresários da União Europeia denotam ainda alguma inserção na região do Alentejo, o que contrasta com as outras populações estrangeiras. Esta tendência manifesta o interesse de alguns empregadores, sobretudo da Europa do Norte, no investimento agrícola. Os empregadores holandeses ilustram bem essa realidade: 22% investe na região do Alentejo, dos quais 50,5% se dedica a atividades agrícolas.

De notar ainda que os empresários da **Europa de Leste** apresentam um padrão espacial de investimento distinto dos restantes europeus e/ou distinto entre si. Compare-se os empregadores romenos com os ucranianos, por exemplo: refletindo as atividades económicas em que predominantemente investem – construção (25,2%) e indústria transformadora (13,7%) -, os ucranianos tendem a dispersar-se mais pelo país; já os romenos, muito embora investindo também em atividades da construção (30%), tendem a concentrarem-se nas regiões de Lisboa e Algarve onde também criam negócios de alojamento, restauração e similares (16,4%).

Os empresários da **América do Norte**, por sua vez, tendem a investir principalmente na região de Lisboa e Açores. É importante não esquecer que grande parte destes estrangeiros chega de países de emigração portuguesa. Ora, esta imigração inclui um fluxo contracorrente da emigração portuguesa que apresenta contornos de empresarialidade e de atividade distintos da maioria dos estrangeiros (Oliveira, 2004: 60).

Já os empresários da **América Latina**, dominados essencialmente por empregadores brasileiros, muito embora concentrados na região de Lisboa, tendem a reproduzir de forma mais ou menos semelhante as suas atividades empresariais nas várias regiões do país (essencialmente na vertente do alojamento e restauração, construção e comércio).

Os empresários dos **PALOP** concentram o seu investimento nas áreas residenciais das suas populações de origem. Note-se que os imigrantes dos PALOP e, em particular, os cabo-verdianos são os que menos se dispersam ao longo do país. Esta tendência é consequência da própria história da presença destas populações em Portugal (das mais antigas no país) e da sua situação no mercado de trabalho. Tendo em conta que desde cedo esta população se enquadrou predominantemente numa imigração laboral tem-se concentrado nas regiões onde há procura de mão-de-obra para a construção civil e obras públicas. Ainda assim, os empregadores cabo-verdianos têm abrandado o seu investimento no sector da construção e diversificado para outras atividades. Os dados dos Censos de 2011 evidenciam já que apenas 28% dos empregadores cabo-verdianos estão na construção, verificando-se 20% em atividades de alojamento, restauração e similares e 15% em atividades do comércio.

No caso dos angolanos verifica-se mesmo que as atividades empresariais da construção têm a mesma importância relativa que as do comércio (19%), apesar das primeiras se concentrarem na região de Lisboa e as outras estarem mais dispersas nas diferentes regiões do país. As atividades da indústria transformadora (com 9% dos empregadores angolanos) mostram-se igualmente dispersas pelas regiões norte, centro e de Lisboa.

Finalmente, os empresários **asiáticos**, com exceção dos chineses, encontram-se principalmente na região de Lisboa. A dispersão territorial dos chineses é acompanhada por uma sobre representação nas atividades do comércio. A saturação de determinados mercados ou a procura cosmopolita de determinados produtos poderá explicar o porquê dos chineses mostrarem diferentes opções na territorialização dos seus investimentos. A opção por investirem em zonas mais densamente povoadas, por exemplo, reflete como determinadas cidades se caracterizam por uma dada estrutura económica a que se associam oportunidades acrescidas para algumas estratégias de incorporação.

Para perceber melhor como as estratégias de implantação territorial variam foi calculado um *índice de dissimilaridade do empreendedorismo* (vd. caixa explicativa dos índices). O quadro 10 dá conta da percentagem de empregadores estrangeiros que têm de mudar da unidade territorial para que tenham a mesma distribuição que os empregadores portugueses nessa mesma unidade territorial. Tendo presente as nacionalidades que mais contribuem para o número de empregadores estrangeiros (apresentado no quadro 5) e/ou contrastam entre si, considerou-se para efeitos deste exercício os empregadores brasileiros, chineses, ucranianos e cabo-verdianos.

Quadro 10

Índice de Dissimilaridade do empreendedorismo estrangeiro face ao dos Portugueses, segundo a nacionalidade e a NUT III com mais de 200 empregadores estrangeiros

NUTS III	Total Empregadores Estrangeiros	Índice para Total Empregadores Estrangeiros	Total Empregadores Brasileiros	Índice para Empregadores Brasileiros	Total Empregadores Chineses	Índice para Empregadores Chineses	Total Empregadores Cabo-Verdianos	Índice para Empregadores Cabo-verdianos	Total Empregadores Ucranianos	Índice para Empregadores Ucranianos
Grande Lisboa	9 423	9,74	3 550	14,03	938	4,64	656	24,04	434	4,73
Algarve	3 565	5,19	605	1,59	248	1,44	67	0,94	278	7,26
Península de Setúbal	2 208	1,44	938	3,22	245	0,69	157	5	97	0,14
Grande Porto	1 729	-2,6	588	-2,09	346	-0,49	17	-5,22	74	-3,5
Oeste	789	-0,41	240	-0,4	105	-0,35	5	-1,79	99	1,46
Baixo Vouga	514	-0,89	129	-1,06	76	-0,7	4	-1,72	45	-0,34
Pinhal Litoral	458	-0,61	118	-0,75	65	-0,5	3	-1,39	84	1,43
Lezíria do Tejo	453	-0,16	99	-0,43	159	1,49	3	-0,95	44	0,45
Cávado	423	-1,33	133	-1,26	57	-1,24	1	-2,11	23	-1,35
Região Autónoma da Madeira	418	-0,17	77	-0,52	43	-0,35	1	-0,99	14	-0,55
Baixo Mondego	372	-0,76	124	-0,66	42	-0,83	3	-1,35	43	0,02
Ave	339	-1,64	77	-1,77	87	-0,86	0	-2,27	17	-1,67
Região Autónoma dos Açores	264	-0,49	55	-0,65	59	-0,06	7	-0,65	9	-0,7
Minho-Lima	259	-0,59	51	-0,77	54	-0,23	2	-1	10	-0,76
Dão-Lafões	257	-0,65	57	-0,78	64	-0,12	4	-0,95	17	-0,56
Médio Tejo	245	-0,46	51	-0,61	53	-0,1	4	-0,75	29	0,07
Alentejo Litoral	241	0,09	59	-0,02	37	0,18	5	-0,16	7	-0,18
Alentejo Central	238	-0,23	45	-0,42	57	0,21	1	-0,67	16	-0,15
Entre Douro e Vouga	229	-0,93	40	-1,11	43	-0,67	0	-1,37	15	-0,84
Tâmega	210	-1,89	36	-2,02	58	-1,3	0	-2,24	7	-1,99
Total	23 697	0	7 258	0	3 075	0	947	0	1 413	0

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos da autora)

O quadro 10 não apenas torna evidente que os empregadores estrangeiros em função da nacionalidade distribuem-se de forma distinta no território por comparação aos portugueses, como ajuda a ilustrar situações de sobre concentração face aos padrões de maior diluição (muito embora com alguma concentração na área de Lisboa, como descrito antes). Os resultados para os empregadores cabo-verdianos são os que melhor ilustram não apenas a dissimilaridade acentuada com os empregadores portugueses como a sobre concentração empresarial desta população: observa-se que cerca de 24% dos empregadores cabo-verdianos deveriam sair da Grande Lisboa para ter a mesma distribuição que os empregadores portugueses. Por sua vez falta cerca de 5% de empregadores cabo-verdianos na região do Grande Porto. Ao nível municipal a sobre concentração manifesta-se mais nos municípios de Sintra (índice com +9,32%) e Amadora (+6,94%)¹⁸, confirmando que os empregadores cabo-verdianos gravitam essencialmente nas zonas residências da sua população de origem. Esta tendência acompanha o observado em outros países. Portes e Zhou (1999: 160-163) concluem que se verifica uma maior concentração dos trabalhadores por conta própria afro-americanos nas cidades que recebem maior número de estrangeiros e onde há a maior concentração de empresários imigrantes (Nova Iorque, Los Angeles e Miami). Também é nessas cidades que os empresários afro-americanos apresentam maiores rendimentos. Neste âmbito os autores verificam a influência dos padrões residenciais – as taxas de empreendedorismo são maiores nas cidades onde há uma maior concentração de africanos residentes.

Os empregadores brasileiros, por sua vez, apresentam a mesma tendência de dissimilaridade que os cabo-verdianos (ainda que de forma menos intensa) face aos empregadores portugueses. Verifica-se uma sobre concentração na Grande Lisboa (+14% do verificado na distribuição dos empregadores portugueses), destacando-se os municípios de Lisboa (+3,46%), Cascais (+2,77%) e Sintra (+2,28%).

Os empregadores chineses são os que apresentam menores diferenças com a distribuição dos empregadores portugueses (com valores do índice próximos de zero para a maioria das regiões), assumindo por isso a estrutura de oportunidades locais numa lógica de mercado semelhante à dos próprios nacionais. A concentração é ligeiramente superior na Grande Lisboa (+4,64% de empregadores que na distribuição territorial dos portugueses), refletindo essencialmente a sua concentração no município de Lisboa (índice de +4,56%). Ao nível municipal, destacam-se ainda os municípios de Vila do Conde e Benavente (que inclui Porto Alto) com +1,08% e +1,15%, respetivamente.

Os empregadores ucranianos, tal como os empregadores chineses, tendem também a ter uma distribuição mais equilibrada com os empregadores portugueses. Embora na análise ao nível de NUT III se destaque a concentração na região do Algarve (+7,26%) e na Grande Lisboa (+4,73%), no apuramento do índice de dissimilaridade por município não se destaca nenhum município, tendo todos valores abaixo de 2%.

4. Conclusão

Este artigo mostrou a partir dos dados dos Censos que em Portugal durante as últimas quatro décadas os estrangeiros apresentaram sempre, por comparação aos nacionais, maior percentagem de empregadores no total de ativos. Entre 1981 e 2011, tanto o número de empregadores como a proporção de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou, de 1.811 para 23.697 e de 5.1% para 12.1%, respetivamente. Também a importância relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país aumentou nas últimas décadas, de 1,4% em 1981 para 4,2% em 2001 e 5,2% em 2011. De 2001 para 2011, a evolução dos empregadores estrangeiros contrasta mesmo com a dos empregadores portugueses: enquanto os empregadores estrangeiros aumentaram 15%, os empregadores portugueses diminuíram em 7%.

Contudo, nem todas as nacionalidades têm a mesma propensão para serem empregadores em Portugal. Os Censos de 2011 mostram a importância relativa de duas nacionalidades em particular: os empregadores brasileiros e chineses juntos representam 44% do total de empregadores estrangeiros no país. Os chineses são a nacionalidade com maior percentagem de empregadores por total de ativos (42,2% por comparação a 12,1% para o total de estrangeiros, situando-se a percentagem dos portugueses em 10,5%).

Verifica-se também que a distribuição dos empregadores estrangeiros não é uniforme ao longo do país, observando-se algumas mudanças segundo os dados dos Censos entre 2001 e 2011. A partir dos dados analisados, mostrou-se o reforço do número de empregadores estrangeiros nos municípios da área metropolitana de Lisboa e do Algarve, e uma diminuição do número de empregadores estrangeiros em inúmeros municípios do Norte do país. Para tentar compreender este fenómeno este artigo testa até que ponto a localização dos empregadores estrangeiros reflete os locais de residência das próprias populações estrangeiras ou as próprias

¹⁸ Para além destes dois municípios o índice só volta a assumir valores acima de 2% para Loures (+2,34%), Seixal (+2,18%), Oeiras (+2,15%) e Lisboa (+2,07%).

características dos municípios (e.g. zonas mais densamente povoadas e urbanas, zonas de maior prevalência de empresas), comparando os resultados dos quocientes de localização de empregadores estrangeiros e de residentes estrangeiros. Dessa análise conclui-se que para algumas nacionalidades (e.g. cabo-verdianos) se verifica uma quase sobreposição entre o local de residência da população estrangeira e dos empregadores; enquanto para outras nacionalidades (e.g. chineses) as características dos municípios tendem a explicar mais a dispersão por Portugal. Ainda assim nota-se que, de forma geral, há mais empregadores estrangeiros nos municípios mais urbanos do país.

Os dados dos Censos tornam claro também que há municípios onde os empregadores estrangeiros têm mais importância relativa no total de empregadores – destaque para os municípios do Algarve (e.g. em Lagos os empregadores estrangeiros representam 21,8% do total de empregadores do município) -, enquanto noutros municípios – em especial do Norte - se diluem mais (e.g. na Maia os empregadores estrangeiros representam apenas 2,7% do total de empregadores). O índice de empreendedorismo estrangeiro para cada município permitiu também fazer uma análise mais acurada das opções de localização dos empregadores estrangeiros e salientar algumas particularidades dos dados dos Censos, identificando as zonas onde a importância relativa dos empregadores estrangeiros é superior, reforçando a conclusão da atração crescente dos municípios algarvios de 2001 para 2011. O índice de dissimilaridade do empreendedorismo estrangeiro ajudou também a mostrar que a nacionalidade explica a maior ou menor concentração de determinadas nacionalidades, por comparação à distribuição dos empregadores portugueses, em alguns municípios do país.

Os dados dos Censos ajudam a compreender também que os empregadores estrangeiros tendem a variar em função das atividades económicas que desenvolvem. Os quocientes de localização de atividades económicas por regiões de Portugal mostram que é no Algarve que os empregadores estrangeiros mostram mais semelhanças com a distribuição por atividades económicas do total de empregadores na região, concentrando-se nas mesmas atividades (e.g. alojamento, restauração e similares; atividades imobiliárias; construção); e é na região de Lisboa que se observa uma maior dispersão por atividades. A análise foi aprofundada por nacionalidade, mostrando que a nacionalidade do empregador explica a distribuição por sectores económicos: empregadores chineses sobre representados nas atividades do comércio por grosso e a retalho (82,4%); empregadores cabo-verdianos e romenos mais ligados à construção (27,9% e 29,2%, respetivamente); e empregadores brasileiros com maior diversidade de atividades, ainda que com alguma concentração em atividades do alojamento e restauração (21,3%). Muito embora os empregadores estrangeiros não se destaquem em atividades de consultoria científicas, técnicas e similares (apenas 4%), são os empregadores da União Europeia que têm mais expressão nessas atividades (e.g. 9,2% dos empregadores ingleses, 10,9% dos empregadores alemães e 9,8% dos espanhóis).

Assim, se é verdade que as diferentes populações estrangeiras apresentam propensões distintas para a atividade empresarial, nota-se também que não investem nas mesmas regiões de Portugal e/ou nas mesmas atividades económicas. O que acaba por refletir que os mercados regionais têm oportunidades distintas que determinam as estratégias empresariais dos estrangeiros e/ou esses procuram os locais onde melhor podem apropriar os recursos e oportunidades que propiciam a sua iniciativa empresarial (Oliveira, 2005). A crescente diversidade de nacionalidades estrangeiras presentes no nosso país, cada uma com a sua própria história, redes sociais e recursos comunitários, apresenta padrões distintos de inserção no mercado de trabalho e de distribuição espacial, e propensões diversas para se tornarem empregadores em Portugal.

5. Bibliografia

- Almeida, J., Costa, A. e Machado, F. (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in Reis, A. (coord.), *Portugal: 20 de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Baganha, M., Ferrão, J. e J. Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV (150), pp. 147-173.
- Bonacich, E. (1973), “A Theory of Middleman Minorities”, *American Sociological Review*, volume 38 (Outubro), pp. 583-594.
- Brown, B. e J. Butler (1993), “Networks and entrepreneurial development: the shadow of borders”, in *Entrepreneurship & Regional Development*, 5, pp. 101-116.
- Cabral, D. e R. Sousa (2001), “Indicadores de localização, especialização e diversificação e análise *shift-share*: uma aplicação às NUT III da Região Norte no período 1986-1998”, *Working Paper Series NIPE WP13*, Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho.

- CLAI/ACIDI (2009/2010), Base de dados do *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*, ACIDI: Lisboa (mais em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=160>).
- Duncan, D. e Duncan, B. (1955), "A methodological analysis of Segregation Indexes", in *American Sociological Review*, vol. 20, n.º2, Abril, pp. 210-217.
- Ferreira, E. S. e H. Rato (2000), *Economia e imigrantes. Contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Fonseca, J. M. Malheiros, A. Esteves e M. J. Caldeira (2002), *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Froy, F. e L. Pyne (2011), "Ensuring Labour Market Success for Ethnic Minority and Immigrant Youth", *OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Working Papers*, 2011/09, OECD Publishing.
- INE (2002), "Conceitos e Metodologias. Medidas de Especialização Regional", in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2º semestre de 2002, pp. 65-72.
- Jaegers, T. (2008), "Apoiar a diversidade empresarial na Europa – empreendedorismo de minorias étnicas e de migrantes", in Oliveira, C. R. e Rath, J. (orgs.), *Revista Migrações*, Número Temático *Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, pp. 301-304.
- Light, I. e Gold, S. (2000), *Ethnic economies*, San Diego and London: Academic Press.
- Malheiros, J.M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisbon: Edições Colibri.
- Malheiros, J. (2002), "'Nova' imigração e desenvolvimento regional. Situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas", in *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho II, Lisboa: MSST/DEPP, pp. 69-87.
- Malheiros, J. M. e Esteves, A. (coord.) (2013), *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*, Lisboa: ACIDI/CLAI
- Mars, G. e Ward, R. (1984), "Ethnic business development in Britain: opportunities and resources", in R. Ward e R. Jenkins (eds.), *Ethnic communities in business. Strategies for economic survival*, Londres: Cambridge University Press, pp.1-19.
- OCDE (1990), *Local initiatives for employment creation, implementing change – entrepreneurship and local initiatives*, Paris: OCDE.
- OCDE(1998), *Fostering Entrepreneurship. The OECD jobs strategy*, Paris: OECD
- OCDE (1998b), *Immigrants, Integration and cities. Exploring the links*, Paris: OCDE.
- OCDE (2010), *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE.
- OCDE (2011), *International Migration Outlook 2011. SOPEMI*, Paris: OCDE.
- Oliveira, C. R. (2004) *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração, volume 10, ACIME.
- Oliveira, C. R. (2005), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa: ACIME, volume 2.
- Oliveira, C. R. (2006), "Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?", *Oficina do CES* n.º 243, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/243/243.php>

- Oliveira, C. R. (2007), "Understanding the diversity of Immigrant entrepreneurial strategies", in Dana, L. (ed.), *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship*, Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, pp. 61-82.
- Oliveira, C. R. (2008a), "Diversidades empresariais em Portugal: padrões de incidência territorial de empresários imigrantes", in Peixoto (org.), *Revista Migrações*, Número Temático *Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, pp. 95-120.
- Oliveira, C. R. (2008b), "Determinantes das estratégias empresariais em Portugal", in Oliveira e Rath (org.), *Revista Migrações*, Número Temático *Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, pp. 109-138.
- Oliveira, C. R. (2008c), "Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem Cabo-Verdiana", in Góis, P. (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, pp. 67-86.
- Oliveira, C. R. (2009), "Más allá de las estrategias étnicas: tácticas empresariales de inmigrantes como procesos creativos y dinámicos" (2009), in *Revista Internacional de Organizaciones (RIO)*, n.º 2, Junho 2009, pp. 63-87.
- Oliveira, C. R. (2010a), "The determinants of immigrant entrepreneurship and employment creation in Portugal", in *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE, pp. 125-148.
- Oliveira, C. R. (2010b), "La actividad empresarial China en Portugal: Estrategias étnicas tradicionales?", in *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Número Temático "Comunidades Asiáticas en la Europa Mediterránea: Transnacionalismo y Empresariado", n.º 92, Dezembro 2010, pp. 223-242.
- Oliveira, C. R. (2012), "When Diversity Meets Heritage: Defining the Urban Image of a Lisbon Precinct", in Volkan Aytar & Jan Rath (eds.), *Selling Ethnic Neighborhoods. The rise of Neighborhoods as places of Leisure and Consumption*, New York: Routledge, pp. 104-119.
- Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e Sinistralidade Laboral*, Lisboa: Observatório da Imigração, volume 41, ACIDI.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", in Peixoto, J. (org.), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Número temático da Revista *Migrações*, vol. 2, Abril, pp. 19-46.
- Pires, R. (2002), "Mudanças na Imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 39, pp. 151-166.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*; Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. e Zhou, M. (1999), "Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants and African Americans", in F. Bean and S. Bell-Rose (eds.), *Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, New York: Russell Sage Foundation, pp.143-171.
- Rath, J. e R. Kloosterman (2000), "Outsiders Business: A critical review of Research on Immigrant Entrepreneurship", in *International Migration Review* 34, pp. 657-681.
- Sassen, S. (1991), *The global city. New York, London, Tokyo*, Princeton: Princeton University Press.
- Solé, C. e Parella, S. (2005), *Negocios Étnicos. Los comercios de los inmigrantes no comunitarios en Cataluña*, Barcelona: Fundació CIDOB.
- Waldinger, R. (1996), *Still the promised city? African-Americans and new immigrants in postindustrial New York*, London: Harvard University Press.
- Waldinger, R., Aldrich, H. e Ward, R. (1990), *Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies*, Sage Publications.